

ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero fazer uma saudação especial ao sr. Nelson Coicolatto e Santina Coicolatto, casal da cidade de Concórdia, que se encontra presente acompanhando esta sessão. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Venho a esta tribuna nesta manhã para comemorar o resultado de uma decisão judicial, e também defender mais uma vez o projeto de lei a que dei

entrada nesta Casa Legislativa. No ano passado, protocolei o Projeto de Lei n. 0205/2012, que proíbe a imposição de limite de tempo para a utilização de créditos ativados de celulares pré-pagos.

Este projeto tramita na Assembleia Legislativa, e demos como justificativa, entre outros argumentos, que essa prática comercial é extremamente prejudicial para os consumidores, tendo em vista que os obriga a adquirir novos créditos com frequência, mesmo que não sejam utilizados, para que possam continuar a usufruir o serviço oferecido pela operadora.

E porque venho agora comemorar. Porque houve uma decisão importante na área da Justiça. Inclusive tenho em mãos um tópico escrito pela Maria Inês Dolci, que é coordenadora institucional da Pró-Teste e colunista do *Jornal Folha S.Paulo*, que reproduz parte da decisão judicial.

(Passa a ler.)

"Fixar prazos de validade para os créditos pré-pagos de celular configura-se um confisco antecipado dos valores pagos pelo serviço de telefonia que é devido aos consumidores. Essa foi a avaliação do desembargador federal Souza Prudente, relator do processo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que proibiu as operadoras de telefonia móvel de estabelecer prazo de validade para créditos pré-pagos em todo território nacional. Num país em que 79% do total de telefones móveis são pré-pagos com mais de 211 milhões de linhas, a decisão é urgente. A decisão foi tomada após recurso do Ministério Público Federal (MPF) contra sentença da 5ª Vara Federal do Pará, que manteve a validade dos créditos de celulares pré-pagos. A decisão deve ser cumprida em todo o território nacional"[...].[sic]

Então, quero trazer nesta tribuna esta decisão, que já tem repercutido na imprensa nacional - e, inclusive, aqui na imprensa catarinense há essa repercussão -, e questionar por que a Anatel não tomou uma medida como essa antes? A Anatel - Agência

Nacional de Telecomunicações - poderia ter tomado essa decisão, que foi judicial.

Quando fizemos esse projeto de lei já citamos essa incoerência, esse abuso, essa afronta ao consumidor em que as operadoras vendiam os créditos dos telefones pré-pagos e impunham depois um limite. Mais tarde, não podendo mais zerar, deputado Silvio Dreveck, esse crédito por outras decisões judiciais, elas passaram a admitir o crédito, desde que a pessoa colocasse um novo crédito. Ou seja, para utilizar um crédito que já tinha era preciso comprar outro.

Então, agora essa decisão judicial - e é bem verdade que ainda está em grau de recurso - deve servir, em primeiro lugar, para que a Anatel baixe uma regulamentação proibindo esse tipo de prática. Aqui mesmo nesta Casa há uma CPI que trata da telefonia, e o deputado Silvio Dreveck a tem presidido com muita competência, e esse, com certeza, é mais um assunto para ser constado desse relatório final, quando elaborado.

Nós, internamente, como deputados, também poderíamos dar agilidade na apreciação do projeto de lei que eu apresentei. E houve, num primeiro momento, se não me falha a memória, até um parecer em contrário da relatoria na comissão de Constituição e Justiça, e agora o projeto encontra-se com vista. E nós poderíamos, o quanto antes, quem sabe na próxima sessão, analisar esse projeto de lei no âmbito da comissão de Constituição e Justiça para ele tramitar - porque agora os próprios tribunais estão dizendo que isso não pode.

Então, simbolicamente, inclusive, seria importante aprovarmos esse projeto aqui também. Acho que essas medidas são importantes porque o consumidor sofre, às vezes, para ter o seu direito garantido.

Sabemos que quem presta o serviço, é claro, também precisa da sua remuneração. Não queremos criar aqui nenhuma aversão a quem presta serviço.

Pelo contrário, precisamos das empresas que prestam serviço e iremos respeitá-las. Agora, os milhões de consumidores não podem ter normas que afrontem o seu direito. E essa decisão judicial havia criado um alento, realmente, para o consumidor que já reclama da qualidade do serviço, que já reclama da dificuldade de atendimento quando precisa fazer o registro dessas reclamações através dos *call centers* e de outros mecanismos que têm sido aqui tantas vezes, deputado Silvio Dreveck, por v.exa. e demais membros da CPI, levantados.

Então, faço este registro e apelo que analisemos com rapidez o nosso Projeto de Lei n. 205/2012, que se encontra tramitando nesta Casa, e comemoro esta decisão que impõe limite e que respeita com isso o direito do consumidor.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Ouço com satisfação o seu aparte, deputado Silvio Dreveck, pois v.exa., com frequência, tem abordado este assunto e preside a CPI que trata dos problemas da telefonia em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta, por me permitir este pequeno aparte.

Em primeiro lugar, gostaria de enaltecer v.exa. por abordar este assunto e ter encaminhado este projeto de lei aqui na Casa. Como v.exa. deixou muito claro, não estamos aqui para punir prestadores ou operadoras do serviço de telefonia, mas o nosso dever é defender o consumidor. V.Exa. tem razão quando coloca que a Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, tem deixado a desejar no que diz respeito ao consumidor. Temos inúmeros casos, exemplos, como v.exa. trouxe, no dia de hoje.

Inclusive, para enriquecer a CPI da Telefonia Móvel de Santa Catarina, pediria a v.exa. que encaminhasse uma cópia desta decisão judicial, que será muito importante para a conclusão do nosso

trabalho. Na semana que vem devemos ouvir a Fatma, que é uma das empresas citadas várias vezes, e na semana seguinte a Agência Nacional de Telecomunicações. Portanto, este documento é propício e oportuno para nós.

Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado a v.exa. que enriqueceu a nossa intervenção com essas novas informações. Vamos tentar buscar a íntegra dessa decisão, para que esteja disponível aqui para todos tomarem conhecimento.

Então, sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, ao encerrar essa nossa manifestação, deixo mais uma vez consignada a minha alegria por essa decisão judicial, e o pedido para que possamos apreciar com rapidez o nosso projeto de lei que proíbe essa imposição de limite de tempo de utilização de créditos ativados de celulares pré-pagos em Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Bom-dia a todos e a todas, parlamentares aqui presentes, quem está conosco hoje no plenário, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc.

Quero usar estes dez minutos da manhã de hoje para tratar da CPI que ficou conhecida como CPI das Águas e que, é bom lembrar, das 14 assinaturas necessárias angariou 19, e agora depende de análise na comissão de Constituição e Justiça, uma vez que o deputado Maurício Eskudlark, também subscritor da CPI, remeteu um recurso àquela comissão pedindo que fosse analisada a existência efetiva de fato determinado.

Nós apresentamos um recurso suspensivo sobre esse recurso, deputado Maurício Eskudlark, e foi

acatado o efeito suspensivo no âmbito da comissão de Constituição e Justiça, como determina o Regimento, e agora o relator, deputado José Nei Ascari, analisa este recurso que apresentamos e na sequência os desdobramentos vão depender do relatório do deputado José Nei Ascari.

Mas queria reafirmar da tribuna alguns entendimentos sobre a questão da CPI. Por um lado, a dúvida óbvia que surgiu, particularmente com as prisões dos envolvidos no escândalo da Águas de Palhoça, sobre a legalidade de algumas. E dizer algumas é eufemismo porque temos muitos destes contratos no estado.

Vamos pegar uma única empresa, a Raiz. Aqui em Palhoça atuava sem licitação durante oito anos, com renovação de contrato. Nas cidades no entorno de Jaraguá do Sul, a empresa que ganhou a licitação se chama Serrana, e essa empresa subcontratou, obviamente sem licitação, a empresa Raiz.

O jornal *Diário Catarinense* reproduziu isso com muita clareza, a empresa Raiz tem ganhado licitações com editais tão coincidentes que até os erros de português se repetem nos diferentes municípios. É óbvio que isso levanta uma suspeição para nós, e agregamos a isso a farta documentação que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina já produziu sobre a matéria.

E aí podemos dizer: bom, se já está no Ministério Público uma parte, e a outra parte o Tribunal de Contas já está analisando, por que nós vamos analisar? É porque não vamos apenas analisar os contratos dos municípios, mas vamos investigar o que aconteceu na municipalização e privatização de água e saneamento em Santa Catarina.

Recebi ontem uma comissão de Tubarão e Capivari de Baixo - uma saudação fraterna a Tubarão, terra dos meus pais, torcedores do Ferroviário, e muito me orgulha poder falar um pouco sobre a cidade da minha infância. Quem conhece o sul do estado sabe que Tubarão e Capivari de Baixo integravam o município

de Tubarão. É muito recente, pouco mais de 20 anos, a emancipação de Capivari de Baixo, mas naquela época o sistema era integrado, único, ou seja, pertencia a Tubarão.

Em 2005, Tubarão não renovou o contrato com a Casan, e uma empresa que assumiu os trabalhos tinha uma nova configuração jurídica. E segundo informações de vereadores, tanto de Capivari de Baixo quanto de Tubarão, tinham uma situação muito boa com relação ao controle. Portanto, a municipalização lá em Tubarão, segundo o relato deles, não é problema.

Em 2005, Tubarão não havia renovado o contrato, passou a municipalizar. Em 2010, rescindiram o contrato em Capivari de Baixo, e aí começaram os problemas. Eu sei que parlamentares desta Casa reivindicam a representação do sul do estado e também da cidade de Tubarão.

Tubarão hoje paga R\$ 1,23 o metro cúbico de água e é obrigado, por decisão judicial, a vender para Capivari de Baixo essa mesma água a R\$ 0,41 o metro cúbico. É uma decisão judicial que obviamente ainda não transitou em julgado, mas tem os seus efeitos porque o município de Tubarão não poderia interromper o fornecimento de água a Capivari de Baixo.

Ocorre que o dinheiro de Capivari de Baixo - não para nossa surpresa, administrado pela empresa Raiz e também por um ex-diretor da Casan que montou a empresa e está tocando o empreendimento lá -, vai todo para o caixa geral do município. E o prefeito que durante a campanha formalizou o documento de Capivari de Baixo dizendo que ia voltar para a Casan, hoje já disse que não pode voltar para a Casan porque o dinheiro que arrecada com água e saneamento está indo todo para o caixa geral do município, a exemplo de Palhoça, e está servindo, inclusive, para pagar a folha.

Vejam os senhores a situação dos dois municípios: de um lado, Tubarão está na

insustentável situação de comprar água a R\$ 1,23 e vender, entre aspas, porque é obrigado a assim fazer, a R\$ 0,41. O município de Capivari de Baixo coloca o dinheiro do saneamento num caixa geral. Hoje já existe um débito com o município de Tubarão de mais de R\$ 3 milhões, e, além disso, Capivari, neste ano, pagou esse contrato apenas três meses.

Portanto, quem defende Tubarão precisa reconhecer que os munícipes de Tubarão estão sendo lesados porque sai dos cofres públicos de Tubarão a diferença entre R\$ 1,23, que é o valor pago pela água, e R\$ 0,41, valor de venda a Capivari de Baixo por determinação judicial. Por outro lado, os habitantes do município de Capivari de Baixo precisam saber que o problema que eles hoje enfrentam está sendo embarraigado. Ou seja, quando se resolver definitivamente a questão judicial, uma futura administração vai ter uma dívida impagável com o município de Tubarão.

Quando dizemos que vai faltar dinheiro para saúde, educação e segurança, tem a ver também com essas dívidas que são contraídas por irresponsabilidade do administrador público, que fica no conforto temporário e antirrepublicano de que durante a vigência do seu mandato não vai ter problema nenhum, porque esse problema não vai ser cobrado na vigência do contrato.

Quando dissemos que precisamos de uma CPI para discutir o processo de municipalização e privatização da água e saneamento em Santa Catarina, é de situações assim que estamos falando. Quem vai resolver a questão entre Tubarão e Capivari de Baixo? Poderíamos invocar aqui a tutela jurisdicional, o acesso ao Poder Judiciário, que é o que o município de Tubarão já fez, mas quantos anos isso vai levar? Talvez 30 anos, porque não tenho dúvida de que essa matéria há de subir até o Supremo Tribunal Federal. E até lá, essa dívida de Capivari com Tubarão vai ficar crescendo. Tubarão ficará sustentando o insustentável.

Quem vai olhar para isso do ponto de vista da sua discussão política, da intervenção do poder público? Quem vai poder analisar questões que envolvem litígio de municípios? E aí não estou desconsiderando o papel do Judiciário, mas estou invocando a nossa responsabilidade de dar uma resposta no caso de Capivari de Baixo e Tubarão e de outros conflitos.

Recebi na sexta-feira uma comissão de vereadores de Itapema relatando que quando algumas denúncias são feitas os vereadores são ameaçados de morte. Como vamos deixar isso apenas na responsabilidade dos vereadores? Sabemos que nos municípios menores as relações são muito mais pessoais, próximas, a força de um vereador apenas tem limites, obviamente, em relação à força que um Parlamento estadual inteiro pode exercer.

Por isso, tenho insistido que cumpramos o nosso papel, que possamos manter a CPI das Águas e Saneamento que, obviamente, não vai discutir a competência que não lhe cabe. Não vamos discutir sobre o prefeito ou o contrato do município, mas vamos analisar. É necessário que busquemos uma solução política ao tempo que vai se construindo a solução jurídica, porque uma precede a outra. E o povo de Tubarão e de Capivari não pode esperar o tempo da Justiça, que é necessariamente lento para se observar todas as nuances do processo. Temos o tempo político de poder ajudar nesse debate imediatamente.

Esta Casa já fez 46 CPIs ao longo da sua história. De 2005 para cá, nós iniciamos essa triste trajetória de derrotar as CPIs na comissão de Constituição e Justiça, desconsiderando o direito das minorias como determina o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Sargento

Amauri Soares, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, somando-me ao pronunciamento da deputada Angela albino, quero dizer que este Poder não pode silenciar diante dos fatos e das evidências, e que existem situações de irregularidades, quando não de corrupção, já comprovadas em instituições ou empresas públicas e esta Assembleia tem obrigação constitucional de investigar.

Além das evidências e dos episódios de corrupção no caso da privatização da água, tem acontecido da mesma forma nas privatizações da saúde, como falávamos ontem. Parece uma coisa que acompanha outra e percebemos que isso é sistemático. Faz parte do interesse que move a ideologia da privatização a relação espúria entre o setor público, a gestão pública, e as empresas nesses processos de privatizações. Se na Águas de Palhoça já deu prisão, existem outras questões a serem vistas por aí.

Parece uma coisa extraordinária falar isso ou, vamos dizer, exagerada, deste Parlamentar fazer essas afirmações, mas ontem estivemos na comissão de Saúde, presidida, e muito bem, pelo deputado Volnei Morastoni, com a presença da maioria dos vereadores de Araranguá de todos os partidos pedindo apoio, auxílio, de forma expressa e escrita, inclusive ao presidente da comissão de Saúde, para se livrar de uma organização social, cujo nome é bonito, mas não passa de uma empresa privada com um largo histórico de corrupção e de irregularidades no estado de São Paulo, que está administrando o Hospital de Araranguá e o Serviço Móvel de Urgência aqui em Santa Catarina. O Samu também está com essa empresa de São Paulo. Os vereadores de Araranguá pediram apoio aos deputados da comissão de Saúde, porque eles são a última esperança do povo de Araranguá para se livrar do mal feito na administração do Hospital Regional daquela cidade.

Esperamos que as autoridades estaduais e, especialmente, o governador, que é o responsável maior e primeiro, dê uma olhada razoável, de carinho e de atenção para isso, porque inclusive corre o risco de acabar, no futuro, sendo enrolado por máfias de sanguessugas que, usando recursos da saúde, enriquecem ilicitamente.

Alguém pode dizer que estou sendo exagerado no que estou afirmando, mas se irem a fundo e investigarem vão chegar a isso que estou afirmando. Roubar dinheiro da saúde!

A organização social que estava anteriormente em Araranguá não está mais, porque roubou mais de R\$ 1 milhão de dinheiro público da sociedade catarinense, do estado de Santa Catarina, que deveria ser usado para prestar serviços de saúde à população do vale do rio Araranguá, naquele hospital regional. E isso é fato! E além de não acontecer nada, o que é estranho é que se continua insistindo que é essa a política, o método e a forma que os atores, os agentes ou os elementos devem continuar tocando instituições de saúde pública no estado de Santa Catarina.

Portanto, é preciso dar mais atenção a isso e sei que esse debate vai continuar na semana que vem.

A comissão de Saúde está trabalhando, e o deputado Volnei Morastoni vai trazer elementos. Houve audiência, ontem, com deputados e vereadores, com a secretária Tânia, da saúde, e esperamos que se reflita a respeito dessas questões e se volte para o caminho, pelo menos, razoavelmente aceitável.

Quero trazer outro assunto rapidamente. No próximo dia 5 de outubro completa cinco anos da absorção do antigo Banco do Estado de Santa Catarina pelo Banco do Brasil. O Besc foi absorvido, como todos nós sabemos, pelo Banco do Brasil, depois da federalização e etc., sendo que o prazo estipulado naquele contrato termina, esgota no dia 5 de outubro próximo.

E algumas questões ficam no ar. Como o Besc foi

federalizado, por fim o Banco do Brasil o absorveu, a dívida da federalização ficou com o estado de Santa Catarina e a maior parte da dívida que o governo catarinense tem com a união é oriunda dessa federalização. Aliás, uma dívida que é igual à dívida brasileira, quanto mais paga, mais deve, gasta a metade do orçamento pagando dívida e ele fica cada vez maior e ninguém quer refletir sobre esse assunto também, ninguém fala sobre esse assunto.

Outras questões que precisam ser refletidas sobre o acordo do governo do estado de Santa Catarina com o Banco do Brasil. Como ficará a conta salário dos servidores estaduais a partir de cinco de outubro? A marca Besc, enfim, desaparecerá? É isso? E manter-se-ão abertas todas as agências do antigo Besc, que agora é Banco do Brasil, nas 295 cidades catarinenses? Se o Banco do Brasil chegar à conclusão de que não compensa manter uma agência bancária em municípios com menos de cinco mil habitantes? Voltaremos a esse debate, com certeza, nas próximas semanas com outros dados e números, mas esse assunto precisa ser tratado por esta Assembleia e pelos poderes do estado de Santa Catarina.

Para concluir, quero falar de novo do salário do servidor da Segurança Pública e da tabela de remuneração que apareceu nas últimas horas, onde passaria a remuneração dos referidos servidores para a modalidade de subsídios. A tabela tem causado certa dificuldade de ser absorvida por parte dos servidores. Os meus radares indicam que a base pode dizer não para aquela tabela pela distorção, caiu de R\$ 26 mil lá os de cima para R\$ 4.500,00 os de baixo. O prazo para pagar é maior que o do Magazine Luízão, deputado Kennedy Nunes, terminará de pagar lá no meio do próximo mandato de governo de estado.

Evidentemente, este debate crescerá nos próximos dias. A nossa categoria vai se reunir para debatermos. Mas é importante que se perceba que de R\$ 26 mil para a cúpula, o teto, para R\$ 4.500,00

existe uma distorção razoável em proporção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Marcos Vieira, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Na ausência de representantes do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e da Rádio Alesc Digital, vou tecer alguns comentários em relação ao que está prestes a acontecer com o leilão da Eletrobras que ocorrerá no próximo dia 29 em Brasília.

Estão na pauta várias usinas. Uma no Rio de Janeiro, de 585 megawatts/h, do Grupo Eike Batista, que vai utilizar carvão importado da Colômbia. Uma de 650 megawatts/h e outra de 600 megawatts/h no Rio Grande do Sul. E o projeto Usitesc do sul de Santa Catarina, especificamente no município de Treviso, reduzida de 440 megawatts/h para 300 megawatts, possibilitando assim ser listada no processo para o leilão que vai ocorrer no dia 29. O estado de Santa Catarina fez, e com muita propriedade, através da equipe fazendária, com os seus técnicos e o secretário Gavazzoni, todo o arranjo fiscal e tributário. Isso por determinação do governador Raimundo Colombo e de Eduardo Pinho Moreira. Concomitantemente, o estado do Rio Grande do Sul o fez, flexibilizando esta questão tributária e fiscal, dando segurança jurídica e condições para que os investidores essencialmente pudessem

acreditar e fazer os seus investimentos, deputado Manoel Mota.

Ontem saiu uma notícia, e hoje pela manhã o comentarista e jornalista Adelor Lessa fazia o comentário, de que o projeto Usitesc estaria excluído do processo em função da escrituração do terreno que era um dos quesitos dos procedimentos, o rito, que o leilão exigia. Portanto, houve realmente um contratempo nesse processo, mas continua listado no projeto da Usitesc o leilão no próximo dia 29. O consórcio encabeçado pelas carboníferas Criciúma e Metropolitana adquiriram o terreno, porém ainda está em fase de transição da escrituração. Por essa razão está *sub judice* técnico.

Entendemos que, efetivamente, o leilão com a inclusão do projeto da Usitesc está garantido. Mesmo que, na pior das hipóteses, não consigamos entrar neste leilão, no final do ano vamos ter um novo leilão e, aí sim, fatalmente, Santa Catarina estará incluída neste processo. É o momento oportuno da quebra de paradigmas de décadas em que o carvão, a partir do governo Fernando Collor, perdeu o subsídio, resultando na demissão de milhares e milhares de funcionários. Agora volta à carga dentro de uma nova vertente, de uma perspectiva promissora, de uma tecnologia avançada, de ponta, utilizada em países desenvolvidos, principalmente a Alemanha, que neste ano aumenta sua matriz energética em 5.300 megawatts.

Nos subsolos catarinense e gaúcho as reservas ultrapassam 32 bilhões de toneladas de carvão que precisam ser exploradas. Precisamos fortalecer a questão da pesquisa e do desenvolvimento, criando mecanismos para extração dos subprodutos para a cadeia produtiva do carvão. Veja, deputado Volnei Morastoni, um exemplo. Num país que produziu 190 milhões de toneladas de grãos e que importa os insumos agrícolas, principalmente o sulfato de amônia que vem da Rússia, imaginem o custo das *commodities*, o Custo Brasil, que se alteram em

função dessa logística. Nós temos esse produto agregado à cadeia do carvão e poderíamos ser autossuficientes em sulfato de amônia para geração de fertilizantes, da cinza para a indústria cimenteira. Hoje, 30% do cimento utilizado no Brasil é cinza do carvão, carvão nacional e carvão importado, e poderíamos fortalecer ainda mais, principalmente porque temos um déficit de mais de 10 milhões de brasileiros sem um endereço, sem ter condição digna de teto próprio, de ter a dignidade que todo ser humano é merecedor que é ter uma casa.

Com isso poderíamos baratear os custos das obras, sem contar que a Petrobras no seu estudo mostra que há condições de produzir 133 mil barris de petróleo e óleo que importamos da Nigéria para fazer o Brent nacional, isto é um terço da produção nacional, da demanda de consumo nacional, 133 mil barris/dia durante 50 anos.

Agora, é evidente que é preciso vontade política, e quem faz a pasta é o titular, e eu culpo todos os governos que passaram pela falta de planejamento, de investimento, de orçamento para que pudéssemos criar sustentabilidade em vários setores, dando condições, sr. presidente, de segurança jurídica para os investidores, fugindo desse aporte, desse lado negro da questão cambial, porque em muitos momentos o gás dispara de uma forma sem precedentes, tornando totalmente vulnerável o setor industrial, não só em Santa Catarina, mas em nível de Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência da liderança do PSD, o próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por

até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o nosso Parlamento na manhã de hoje. Gostaria de fazer algumas colocações que considero importantes para a região sul do estado.

Há 30 anos tive a honra de ser prefeito na minha cidade de Araranguá, e estava, na época, sendo construído o Hospital Regional de Araranguá. E não podíamos credenciar este hospital ao SUS se não descredenciássemos o Hospital Bom Pastor.

O Hospital Regional de Araranguá, que é o único hospital público da região, foi administrado pelo grupo São Camilo, de São Paulo, mas não deu certo; depois foi administrado por uma fundação de Araranguá, mas também não deu certo; e mais tarde foi administrado pela Unesc. E se a universidade, ao invés de ter criado o curso de Medicina em Criciúma, o tivesse criado em Araranguá, com certeza ela teria dado um banho de trabalho. Mas acabou que o Conselho não aceitou mais que a Unesc ficasse no hospital. Ela prestou o seu trabalho, que acabou não sendo tudo aquilo que se esperava. Depois veio uma entidade dessas já licitadas pelo governo, e a primeira também não deu certo. Agora está lá a segunda entidade administrando o hospital.

Queremos dizer que estamos fazendo um esforço fora do comum para que possamos fazer com que aquele hospital seja não apenas um hospital de Araranguá, mas, sim, um regional!

Ontem, eminente deputado Volnei Morastoni, que preside a comissão, estivemos reunidos com toda Câmara de Vereadores de Araranguá tratando desse assunto, que é importantíssimo. Também tivemos uma reunião com a secretária Tânia Ederhardt e com o secretário-adjunto, Acélio Casagrande discutindo nessa direção. Os prefeitos da Amesc e os 15 secretários e secretárias de Saúde estiveram reunidos elaborando um plano para o hospital e

tratando com essa entidade, a OS que o assumiu, e a secretaria da Saúde para que ele possa, realmente, ser transformado num hospital regional - e esse sempre foi o meu sonho.

Quando eu fiz uma emenda e o entreguei para uma universidade, o meu sonho era transformá-lo num hospital universitário. Hoje sabemos que a Universidade Federal de Santa Catarina criou o curso de Medicina em Araranguá. Então, a esperança não acabou!

Neste momento, estamos trabalhando para buscar uma integração do vale do Araranguá com o hospital e fazer com que haja investimentos muito fortes na área da saúde, com a compra de aparelhos modernos para termos, pelo menos, a média complexidade na nossa região - e nós sonhamos mesmo é com a alta complexidade. Temos no hospital um tomógrafo de primeiro mundo e agora estamos buscando os encaminhamentos para que ele seja um hospital referência, já que é público.

Realizamos uma audiência pública em Araranguá, tendo em vista o pedido de criação de UTI Neonatal, porque hoje isso é um problema muito sério. Todas as mães que ganham crianças prematuras acabam tendo problemas, porque há dificuldade de UTI Neonatal em Santa Catarina - e esse problema não ocorre somente aqui no nosso estado, ele ocorre também no Rio Grande do Sul e no Paraná.

Conseguimos, pelo menos, uma UTI Neonatal para Araranguá, com dez leitos: quatro na emergência, quatro intermediários e dois para as mães quando tiverem algum problema. E também conseguimos dez leitos para a UTI. Então, totalizaram 20 leitos em Araranguá.

Então, estamos caminhando a passos largos para buscar grandes alternativas para poder viabilizar a saúde no Hospital Regional de Araranguá e realizar o sonho de toda nossa gente para a qual trabalhamos há tanto tempo.

No mesmo caminho, aprovamos um requerimento que

levou uma audiência pública a Araranguá para tratar da questão de um curso de Medicina. Estiveram lá conosco o eminente deputado Pedro Uczai, o deputado Jorge Boeira, e a reitora da Universidade Federal. E num trabalho com muita gente, uma participação com a casa lotada, a reitora assumiu o compromisso de em 2016 abrir 30 vagas para o curso de Medicina, e em 2017 mais 30 vagas.

Então, vemos uma luz, as nuvens se dissipam com a possibilidade de melhorar a qualidade da saúde e, também, o meu pensamento continua. De repente, com o curso de Medicina, transformaremos num hospital universitário, entregando para a Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, essa possibilidade é possível, é grande, mas enquanto isso vamos trabalhando com muita ação, com muita luta, uma luta de todos, uma luta dos prefeitos municipais. O prefeito Ronaldo Carlesse fez esse trabalho na Amesc com os 15 secretários, com os prefeitos municipais, integrando ao Hospital Regional de Araranguá. Acredito que diminuiremos as ambulâncias nas BRs. Vamos buscar bons e grandes encaminhamentos. É uma perspectiva muito importante, e esperamos que os resultados aconteçam.

Essa comissão que está trabalhando tem até o dia 29 para entregar todo o plano de trabalho sobre os 15 municípios e o hospital aqui para a secretaria da Saúde. Depois a secretária da Saúde vai preparar para poder ir a Araranguá e lá tomarmos as medidas que forem necessárias. Esse é o sonho da população inteira, e estamos vendo caminhar a passos largos.

É uma luta que se vai conquistando aos poucos, e abrindo os caminhos em busca dos resultados e de tranquilidade para toda a população do extremo sul de Santa Catarina.

Hoje teremos uma reunião na Celesc, com os prefeitos, com os parlamentares, para reforçar a energia na região, porque empresas começaram a se instalar, deputado Moacir Sopelsa, e começou a haver problemas com energia.

A CTA, com 1,5 mil empregos, quem levou? A Aliance, com dois mil empregos, está tendo que trabalhar à noite. Agora foi feita uma subestação em Forquilha, uma nova linha para a região de Araranguá, mas mesmo assim ainda precisa de investimento.

Acho que estamos vivendo momentos importantes, fundamentais para o desenvolvimento de toda região. E hoje também vamos tratar do assunto da subestação de Praia Grande. Também vai sair a Serra do Faxinal, e as empresas de Lages, de Caxias do Sul vão se instalar ali e evidentemente não haverá energia se não tiver a subestação.

Mas vamos ter um grande trabalho da Celesc e esperamos poder colher os resultados.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

V.Exa. traz dois assuntos importantíssimos. Sem saúde não vamos a lugar nenhum, e sabemos das dificuldades que as pessoas têm hoje para serem atendidas.

O governador Raimundo Colombo e o secretário adjunto da secretaria da Saúde conseguiram com a presidente Dilma Rousseff recursos para melhorar o pagamento do SUS em relação aos hospitais de Santa Catarina, acredito que da região sul também. Refiro-me ao Hospital São Francisco, em Concórdia, que vai ter uma alteração na tabela do SUS, possibilitando atendimento melhor às pessoas trabalhar com mais recursos.

Quero me referir a outro assunto que v.exa. colocou que é a questão da energia elétrica e dizer que temos no interior aquilo que se tem na indústria, no comércio. Hoje, as propriedades agrícolas, deputado Valmir Comin, que têm matrizes de leite, avicultura, suinocultura, equipamentos mais potentes, mais modernos, ficam prejudicadas

porque as redes de energia elétrica são muito antigas e não dão carga suficiente para poder modernizar, para poder ampliar.

Quero cumprimentar v.exa. e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço ao eminente deputado Moacir Sopelsa, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Concedo um aparte ao eminente deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Manoel Mota, parabeno v.exa. pelo tema abordado. É um tema importante não só em Santa Catarina, mas em nível de Brasil.

É evidente que um dos alicerces é a questão da gestão. Agora, gestão sem investimento, sem recursos não há a mínima condição. A tabela SUS cobre hoje pelos trabalhos prestados em torno de R\$ 700 mil, e o governo coloca R\$ 2 milhões. Ora, se reajustar tão somente a tabela SUS, já é o suficiente para tocar todo esse processo.

Por isso, é chegado o momento do governo federal fazer a sua parte.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado, deputado Valmir Comin.

O nosso vice-governador Eduardo Pinto Moreira é tratado como o governador do sul pelo grande compromisso que tem com aquela região, vai participar efetivamente de todo esse processo. Hoje às 16 horas estará na Celesc tratando da questão da energia que é fundamental e da saúde, pois esperamos, sim, que até outubro...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos

Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha aqui, população que nos acompanha pela TVAL.

Vou falar hoje sobre o programa do governo federal Mais Médicos. Vou falar em defesa, em favor porque foi muito bem pensado e muito acertado por parte do governo federal. Quero começar dizendo que, nas últimas horas, recebemos a boa notícia que chegarão ao Brasil quatro mil médicos cubanos. Sejam muito bem-vindos os quatro mil médicos cubanos!

Tive oportunidade de várias vezes estar em Cuba, sempre motivado por questões de saúde. Em 1986, foi a primeira vez que fui a Cuba num congresso cubano e pan-americano de Pediatria. Depois, estive lá em outras oportunidades. No ano passado, estava em Havana participando de um encontro parlamentar das Américas, inclusive, fui eleito neste encontro para a vice-presidência de uma comissão Parlamentar das Américas que reúne parlamentares do Canadá, Estados Unidos, de toda a América Central e da América do Sul. Sou vice-presidente da comissão de Saúde dessa confederação, cuja presidente é uma médica cubana.

Quero dizer que das oportunidades em que estive em Cuba, sou testemunha do quanto os médicos cubanos têm uma formação exemplar de atenção básica e também nas especialidades. Eles são estudantes e pesquisadores. Cuba forma médicos para as necessidades da atenção básica do país, mas felizmente eles também têm uma visão internacionalista. Cuba forma médicos para o mundo, com a missão internacionalista.

Há essa visão solidária, internacionalista dos médicos cubanos, de uma medicina exercida no verdadeiro sentido da sua razão de ser. Por isso, aportaram aqui no Brasil quatro mil médicos cubanos.

Já temos nos estados e municípios brasileiros muitos médicos cubanos que trabalham. Serão muito bem-vindos. Tenho certeza de que ajudarão significativamente neste momento em que o Brasil detectou, e não pode mais ficar adiando, essa necessidade imperiosa de termos mais médicos cobrindo as necessidades das cidades, das periferias das capitais, das regiões metropolitanas e também do imenso interior do Brasil.

Inclusive, todas as notícias estão mostrando que nessa primeira etapa do programa Mais Médicos foi atendida uma parte apenas. Em Santa Catarina foram contratados 63 médicos, beneficiando 35 municípios, embora na relação oficial de Santa Catarina tenha muito mais municípios. E, ainda, como costuma acontecer nessas condições, os médicos se inscreveram para a região litorânea. Então, o ministério precisa estabelecer mais critérios ainda. Mas entendo que nessa primeira etapa os médicos vão escolhendo as cidades e vão suprindo onde há necessidade. E, com relação aos médicos estrangeiros, inscreveram-se 34 médicos, sendo que aí já serão beneficiados municípios do interior, como Correia Pinto, Mafra, Monte Castelo, Nova Erechim, Saudades, Xanxerê. Agora o governo abre a segunda etapa do programa. Nessa segunda etapa começam a chegar também os médicos cubanos.

Bom, neste sentido, quero me manifestar com todo o respeito que tenho às entidades médicas. Sou médico e tenho todo respeito ao Conselho Federal de Medicina pelo importante papel que desempenha no país; à Associação Médica Brasileira, com cujo presidente eu tive inúmeros encontros ultimamente sobre o Saúde Mais Dez, inclusive estivemos juntos em Brasília entregando milhares de assinaturas do movimento; à Associação Catarinense de Medicina; ao presidente dr. Aguiel, e labutamos muito juntos no Saúde Mais Dez; ao Conselho Regional de Medicina; ao Sindicato dos Médicos que ajudei a fundar em 1º de setembro de 1979, quando recém-formado, mas as

entidades médicas, infelizmente, têm uma visão muito corporativista. As entidades médicas não aceitam, não querem mais faculdades de Medicina, mais curso de Medicina, não querem mais médicos.

Hoje, nós temos 1.9 médicos por mil habitantes no Brasil. O ministério da Saúde pretende até 2020 chegar em 2.5 por mil habitantes para poder atender a grande expansão dos serviços de saúde. O governo federal está criando inúmeros programas como as redes de atenção de urgência e emergência e, dentro dessas redes, além da atenção básica, além do Samu, além das UPAs, além de toda atenção hospitalar o governo criou também a atenção domiciliar, que é o atendimento, internamente, em casa. Uma inovação também extraordinária que se introduz na atenção médica.

Há necessidade de mais e mais médicos. Precisamos formar muito mais médicos, estamos com quase 400 mil médicos, mas precisamos formar mais de 200 mil médicos nos próximos dez anos. E no ritmo que está não vamos atender às grandes necessidades de mais médicos para o Brasil.

Então, do ponto de vista da população, do ponto de vista do SUS, do ponto de vista da saúde pública, o governo está certo. Do ponto de vista das corporações que não querem mais médicos, mais escolas de medicina, elas estão certas, mas, infelizmente, elas estão contra uma realidade nacional e contra a imensa necessidade do povo brasileiro.

Por isso que o governo está certo nesse programa, muito certo, e temos que ir aperfeiçoando na medida em que o programa vai avançando, temos que garantir aos profissionais, como os médicos cubanos que estão chegando, que possam ir para o interior do nosso estado e para o interior do Brasil.

Em Santa Catarina, nós já falamos aqui, 70% dos médicos estão na Grande Florianópolis, na minha cidade de Itajaí, em Blumenau e em Joinville, e faltam médicos em todo o estado.

Concordo com as colocações do meu querido deputado Valmir Comin, que há pouco se manifestou, e também com o aparte do deputado Moacir Sopelsa, nunca teve tanto dinheiro para a saúde. A saúde está estabelecendo novos paradigmas através das redes de cuidados. Não dá para ficar na tabela do SUS, porque está vencido esse discurso de tabela do SUS. Há muito dinheiro, um volume de dinheiro que está vindo para os estados e para os municípios através das chamadas redes de atenção, as redes de cuidados. O cuidado tem que se fazer através de redes de cuidado, estabelecendo metas e resultados. Não dá mais para pagar apenas por procedimento de tabela como se isso resolvesse qualquer problema, está superado e vencido. Temos que nos adaptar a uma nova realidade, a uma modernidade. Felizmente, Santa Catarina sintonizou-se com o governo federal e está sendo um estado pioneiro. Santa Catarina está recebendo uma avalanche de recursos para a saúde. Estava de costas para o governo federal, estava de costas para o ministério da Saúde até bem pouco tempo atrás, infelizmente, mas o governo acordou.

Participei de várias reuniões no ministério da Saúde, estive lá pessoalmente acompanhando a bancada dos deputados estaduais e federais de Santa Catarina, quando da reunião do sr. governador Raimundo Colombo com a presidente Dilma Rousseff, e dessas reuniões com o ministro Alexandre Padilha deflagrou-se um processo que Santa Catarina entrou em sintonia.

Então, é preciso que sejam dadas condições para que essas redes de atenção sejam implantadas em todas as áreas, as redes de atenção de emergência e urgência, a rede cegonha, a rede de atenção psicossocial, a rede para as pessoas com deficiência, a rede de portadores de doenças crônicas. São muitos programas, é dinheiro novo que vem por esse caminho.

Por isso, do ponto de vista do interesse da maioria da população, do ponto de vista dos

interesses do SUS, do ponto de vista do interesse da saúde pública, o governo está muito certo. E que este programa, Mais Médicos, tenha vida longa, todo sucesso para o bem da saúde do povo de Santa Catarina e do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, apenas para registrar a presença, nesta Casa, do dr. Paulo Goldman, advogado do município de Cunha Porã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, as quais terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projetos de Lei n.s: 0009/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; e 0086/2013, de autoria do deputado Darci de Matos.

Esses projetos receberam parecer contrário na comissão de Constituição e Justiça e terão tratamento de acordo com o Regimento Interno.

Também comunica que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0026/2013, encaminhando documentação para a manutenção de título de entidade.

Comunica, outrossim, que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s: 0183/2013, 0280/2013, 0441/2013, 0456/2013 e 0511/2013, todos de entidade social, encaminhando documentação para manutenção de título de entidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.

0045/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0098/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0107/2013, de autoria bancada do PMDB.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0125/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0177/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0255/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0298/2013, de autoria da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art.206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0522/2013, de autoria da deputada Angela Albino, e 0523/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Comunica, ainda, que defere os seguintes Requerimentos n.s: 0900/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0901/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0902/2013, 0903/2013 e 0904/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Discussão e votação da Moção n. 0084/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, manifestando ao governador do estado e ao presidente do Tribunal de Justiça, apoio pela determinação do repasse de 20% dos recursos de todos os fundos estaduais ao Fundeb para fins de desenvolvimento da educação básica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação da Moção n. 0085/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, manifestando ao procurador-geral de Justiça do Ministério Público, apoio à criação, manutenção e incentivo para a melhor e maior atuação da Promotoria da Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada. Pedido de Informação, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário de Estado da Casa Civil por meio do governador do estado, solicitando informações relativas a criação, regulamentação e funcionamento da empresa SC Parcerias Ambiental S/A.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, outro assunto que me trás de volta à tribuna é para lamentar a posição do governo do estado sobre a Conferência das Cidades, que já teve a etapa municipal agora, em agosto, e em setembro terá a estadual e depois a nacional.

Estou perplexo e faço um apelo a esta Casa e aos srs. deputados, porque o governo do estado tomou uma posição para esvaziar a Conferência das Cidades. É profundamente lamentável.

Por acaso, na semana passada, numa quinta-feira, há uma semana, estava no Centro Administrativo, na secretaria de Planejamento, acompanhando uma comitiva de Balneário Camboriú e Camboriú para tratar de mudança de divisas nos municípios.

Ao sair desta audiência, fui abordado pelos representantes dos Conselhos das Cidades do estado, que estavam reunidos numa sala naquele local. Estavam desanimados, tomando a decisão de cancelar a participação na Conferência das Cidades, porque o

governo do estado destinou apenas R\$ 42 mil para este evento. Um evento do maior interesse do nosso estado na verdade.

Vejam bem, a última conferência teve a participação de menos de 60 cidades, esta conferência agora já tem a inscrição de 255 municípios, quase um número recorde. Temos 300 municípios no estado, e 255 já se inscreveram, a previsão é de mais de mil participantes, sendo que 50% a 60% desses participantes são delegados de Organizações Não Governamentais, os outros são delegados oficiais, chapa branca, dos municípios, dos estados, e que também são importantes, porque temos que congregiar representantes governamentais das cidades do estado e representantes não governamentais, é assim que se faz nesse pluralismo a democracia. Na democracia direta, a participação direta da população é fundamental em todos os conselhos e nas conferências, porque as conferências da saúde, da educação, do meio ambiente, da assistência social, das cidades, são democracia direta que o povo que saiu às ruas clamou, pediu. Mas o povo também quer participar diretamente da democracia indireta, representativa, que exercemos aqui nas instâncias institucionais, nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras, nos governos, nos ministérios, nas secretarias de estado, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. E a conferência é um acontecimento oficial imperioso, até porque está claro no regulamento que os estados que não realizarem essas conferências não poderão acessar os programas do ministério das Cidades.

Portanto, não realizar essa Conferência das Cidades, é prejudicar o estado, é prejudicar a população do estado de Santa Catarina em vários programas do governo federal.

Mas qual é o problema? O problema é que em todo evento dessa natureza, para propiciar a vinda desses delegados não governamentais, muitos são pessoas pobres, com carências, com dificuldades para vir até

a capital e passar dois dias, três dias - há o deslocamento, o alojamento, a alimentação -, o estado cobre essa despesa. E estão previstos R\$ 200 mil do orçamento do estado para essa finalidade. Esse valor já foi previsto, deputado Padre Pedro Baldissera, presidente desta sessão, porque já se tinha esse objetivo, foi colocado no PPA e no orçamento, foram colocados R\$ 200 mil para essa finalidade, para poder abrigar, receber os delegados não governamentais.

Então, eu saí daquela reunião e passei a efetuar várias tratativas, inclusive ontem com o presidente da nossa Casa, chamando também o deputado Aldo Schneider, líder do governo nesta Casa, que foi pessoalmente conversar com o secretário do Planejamento, mas a resposta foi que será apenas esse valor de R\$ 42 mil e nada mais, nada mais! Que essa é a posição oficial do sr. governador. Sr. governador, desculpe-me, mas v.exa. está equivocado, porque mais R\$ 160 mil para poder propiciar a vinda, a hospedagem e a alimentação desses delegados que vêm de todo o estado, de pessoas que muitas vezes têm dificuldades, como eu disse...

Tenho certeza de que esse seria um dinheiro muito bem empregado, e assinado embaixo pela imensa maioria do povo catarinense. É um dinheiro previsto, um dinheiro legal e, lamentavelmente, essa recusa do governo do estado...

Em mãos tenho os documentos da troca de correspondências do Conselho Estadual das Cidades, subscritos pelos seus membros que compõem a direção desse conselho, fazendo todos os apelos ao governo do estado para a liberação desses recursos.

(Passa a ler.)

[...] "Diante do exposto, a Comissão de Mobilização da 5ª Conferência Estadual das Cidades, reunida em 05 de agosto de 2013, informa que, haja vista a impossibilidade de execução financeira do evento, comunicará tal fato ao Ministério das Cidades, ao Conselho Nacional das Cidades e aos 251

municípios catarinenses que realizam suas conferências até o momento.” [sic]

O governo respondeu dizendo que não havia problema e que daria um despacho. Eu tenho em mãos aqui o despacho de um representante do governo do estado, que começa dizendo o seguinte:

(Passa a ler.)

“O orçamento não é impositivo” - e todos nós sabemos disso. “Além disso, a queda da arrecadação leva a ajuste em todas as áreas.” [...]

E no final conclui, dizendo o seguinte:

[...] “solicitem os recursos necessários à União, que detém 70% dos recursos arrecadados em nosso país.” [sic]

Vejam que mais infeliz ainda foi esse despacho desse representante do governo do estado, debochando, porque o ministério das Cidades está recebendo delegados de todo Brasil para a Conferência das Cidades e está bancando transporte, alimentação e alojamento.

Mas é lógico que cada estado deve bancar os delegados do seu estado. Isso é uma questão de cidadania. Esse despacho é um deboche e um pouco caso. E o governo teria dito que a conferência irá acontecer de qualquer maneira, se os delegados não governamentais não quiserem participar... É lógico, porque apenas quer cumprir tabela, apenas vai fazer por fazer e não interessa ouvir as opiniões da população e dos delegados que trazem os debates acontecidos nas cidades.

Então, isso é uma negação da cidadania e da democracia. E é um estado que tem sido aquinhado com recursos federais de forma primorosa e substancial. São bilhões e bilhões que o governo federal tem aquinhado ao nosso estado de Santa Catarina.

É lógico que precisamos fazer uma reforma tributária. Mas não é nesse momento, com uma querela dessa natureza, por causa de R\$ 160 mil para se dar condições de realizar um evento dessa magnitude, que

é a Conferência das Cidades em Santa Catarina, que vai fazer diferença nos recursos do estado de Santa Catarina.

Então, faço aqui outro apelo também ao deputado Maurício Eskudlark, que aqui está e com a liderança que exerce junto ao governo, para que possamos convencer o governo do estado do seu equívoco e que reverta na próxima semana essa posição ainda em tempo de poder dar condições para que os municípios venham ao nosso estado. E ela está marcada para acontecer no Centro de Eventos do município de São José.

Portanto, deixo esse apelo ao governo do estado, ao secretário...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc, a nossa saudação.

Registro a presença do vereador Edison Souza, do município de Tijucas, que está tratando de assuntos do interesse daquele município.

Ontem tivemos a presença, nesta Casa, dos vereadores Pereira e Lulu, do município de Araranguá, que participaram de uma audiência na comissão de Saúde, tratando das questões do hospital de Araranguá. Também outros assuntos foram tratados pela bancada do sul, que é muito atuante e sempre, dentro do possível, estamos apoiando e ajudando. Tratamos, ainda, da questão do acesso sul que é uma reivindicação e um projeto que o governo do estado, certamente, logo dará todo o seu empenho para que efetivamente aquela obra venha a acontecer.

Registro que no dia de ontem tivemos uma reunião

na Câmara de Vereadores de Itajaí, onde estava presente o deputado Volnei Morastoni, grande líder daquele município e sempre presente em todas as questões de saúde do nosso estado e todas as questões relacionadas principalmente com a foz do rio Itajaí.

Por uma iniciativa do vereador Carlinho tivemos audiência com a presença de várias autoridades, da secretária regional, Eliane Rebello, do presidente da Parlaanfri, o vereador Lino, de Antônio Aires, superintendente do Porto de Itajaí, do nosso vice-prefeito do município de Navegantes, do vereador Tiago Morastoni, que é autor da proposição de instalação de uma CPI da telefonia móvel naquele município, enfim, muitas lideranças presentes.

E é importante que esse assunto seja discutido, seja analisado o mais rapidamente. Com a participação da Associação dos Municípios e a Associação dos Vereadores, temos que tratar daquela obra tão importante para o desenvolvimento da região.

Hoje, a única ligação que temos vindo de Piçarras, passando por Penha, Navegantes, Itajaí e que liga a Balneário Camboriú, podendo ligar todos esses municípios, fora a BR-101, é o *Ferry Boat*. E vemos grandes obras acontecendo. Há poucos dias fui a Tubarão, Laguna, Araranguá, e pude ver a obra da ponte de Laguna, uma obra majestosa, que além de importante para o transporte, vai ser também uma obra de arte, vai engrandecer a cultura, vai engrandecer a parte turística de Santa Catarina, pelo que verificamos no projeto que foi levantado. E a ligação Itajaí a Navegantes, Navegantes a Itajaí, também precisa desse investimento. Necessitamos ter transporte coletivo interligando aqueles municípios, para não depender da BR-101 que constantemente está parada, já que não suporta mais o tráfego de veículos que está recebendo.

Então, quero parabenizar a Câmara de Vereadores de Itajaí. Foi criada uma comissão.

Estaremos junto com o deputado Volnei Morastoni, com o deputado Dado Cherem, pois temos residência nos municípios de Balneário Camboriú e Itajaí. Assim, precisamos lutar por uma questão que é regional e que é muito importante.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Concedo um aparte ao deputado Volnei Morastoni.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro amigo deputado Maurício Eskudlark, também quero registrar aqui a nossa participação na audiência pública ontem na Câmara de Vereadores de Itajaí. Foi uma boa audiência para retomar esse debate dessa ligação, pois hoje estamos reféns ou da BR-101, frequentemente interditada, inclusive com uma ponte sobre o rio Itajaí-Açu, ou da travessia por *Ferry Boat* e balsa com filas quilométricas, principalmente em vários meses do ano.

Então, precisamos da ligação através de um túnel ou de uma ponte sobre o rio Itajaí-Açu ligando Itajaí a Navegantes. Já temos vários estudos e vários pré-projetos. Temos que juntar esses estudos feitos, definir um túnel ou uma ponte.

E essa comissão, encabeçada agora pelas duas Câmaras de Vereadores, de Itajaí e Navegantes, com o nosso apoio, com o apoio de v.exa., com o apoio do deputado Dado Cherem, vamos procurar recursos junto à bancada federal porque é importante para o desenvolvimento regional, para a integração regional, pois não podemos mais conviver com a situação.

Então, quero agradecer imensamente também a presença de v.exa. que conhece a realidade e vai nos ajudar sobremaneira buscar esse objetivo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Volnei Morastoni! Temos o governo do estado investindo R\$ 50 milhões no Hospital Marieta Konder Bornhausen. Existem outros investimentos do governo

do estado, mas uma das prioridades neste momento, no meu entendimento, em razão da mobilidade, em razão da necessidade das pessoas que moram em Itajaí e trabalham em Navegantes, principalmente as que trabalham em Itajaí e moram em Navegantes ou em Penha, é uma necessidade muito grande.

Em 1977 quando iniciei a faculdade de Direito em Itajaí, o sistema de transportes já era aquele. Quantos anos se passaram! São 36 anos, e temos o mesmo sistema de transportes.

Precisamos e vamos buscar uma solução de uma ponte ou túnel. Temos que pensar no ciclista, no pedestre, no transporte coletivo integrado, e com a abertura dessa ligação, sem necessidade de acesso à BR-101, teremos, sim, uma melhora da qualidade de vida com a melhora da mobilidade urbana. Então, foi uma reunião muito produtiva.

Esse movimento, agora, tem que ganhar corpo com previsão no orçamento federal, estadual e já foi elencado como prioridade regional no orçamento participativo, mas, efetivamente, na busca da execução do melhor projeto - se vai ser ponte ou túnel, isso a engenharia vai dizer -, e na busca da licitação da obra.

Assim, queremos parabenizar a Câmara de Itajaí; o vereador Carlinho, que foi o proponente da audiência pública; todas as pessoas que participaram; as associações empresariais de Itajaí e Navegantes, que são importantes para aquele projeto, e a comunidade que vai ser efetivamente atendida por aquela obra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para

segunda-feira, às 19h, em comemoração ao Dia do  
Maçom.

Está encerrada a sessão.